

INDICE

INTRODUÇÃO

PARTE I – ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

1. COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS e ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 1.1. Composição da Câmara Municipal
- 1.2. Composição da Assembleia Municipal
- 1.3. Organização dos Serviços

PARTE II – RECURSOS HUMANOS

1. ESTRUTURA DE RECURSOS HUMANOS

- 1.1. Controlo do Mapa de Pessoal
- 1.2. Custos com Pessoal e Afectação Limite Legal
- 1.3. Absentismo / Assiduidade
- 1.4. Formação Profissional

PARTE III – SITUAÇÃO ECONÓMICA, FINANCEIRA E ORÇAMENTAL

1. ANÁLISE ORÇAMENTAL

- 1.1. Execução Orçamental da Receita
- 1.2. Execução Orçamental da Despesa
- 1.3. Execução Orçamental das Grandes Opções do Plano
- 1.4. Indicadores de Gestão Orçamental

2. ANÁLISE PATRIMONIAL: BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

- 2.1. Análise ao Balanço
- 2.2. Estrutura da Dívida (curto, médio e longo prazo)
- 2.3. Afectação dos Limites Legais ao Endividamento Líquido
- 2.4. Análise à Demonstração de Resultados
- 2.5. Indicadores de Estrutura e de Gestão patrimonial
- 2.6. Anotações dos factos relevantes verificados após encerramento do Exercício
- 2.7. Proposta de Aplicação de Resultados

PARTE IV – RELATÓRIO DE AUTO-AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS (SIADAP 1)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

2. RESULTADOS ALCANÇADOS E DESVIOS VERIFICADOS NOS OBJECTIVOS DE SERVIÇO

2.1. Resultados Alcançados nos Objectivos Operacionais

2.2. Análise aos Desvios Verificados

3. APRECIÇÃO, POR PARTE DOS UTILIZADORES EXTERNOS, DA QUANTIDADE E QUALIDADE DO SERVIÇO PRESTADO E AUTO-AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS FEITA PELOS COLABORADORES

3.1. Resultados dos Inquéritos realizados à Satisfação dos Munícipes

3.2. Resultados da Audição dos Colaboradores – Auto-Avaliação dos Serviços

4. CAUSAS DE INCUMPRIMENTO DE ACÇÕES E PROJECTOS NÃO EXECUTADOS OU COM RESULTADOS INSUFICIENTES

4.1. Identificação dos Projectos e/ou Acções não Cumpridos

4.2. Causas de Incumprimento dos Projectos, Acções ou Metas Definidas

5. MEDIDAS CORRECTIVAS A IMPLEMENTAR E CONDICIONALISMOS QUE PODEM AFECTAR OS RESULTADOS

5.1. Medidas Correctivas a Implementar

5.2. Identificação dos Condicionaisismos que afectaram os Resultados

5.3. CONCLUSÕES (Apreciação Global do Desempenho dos Serviços)

PARTE V – RELATÓRIO SOBRE EXECUÇÃO DO PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E DE INFRACÇÕES CONEXAS

1. MEDIDAS DE CONTROLO / AUDITORIAS REALIZADAS

2. ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS

2.1. Análise *Swot* aos Domínios de Intervenção definidos no Plano

2.1.1. Contratação Pública

2.1.2. Concessão de Benefícios Públicos

2.1.3. Gestão Financeira

2.1.4. Ordenamento do Território

2.1.5. Políticas de Gestão de Recursos Humanos

2.2. Medidas Correctivas a Adoptar

3. PROPOSTAS DE MELHORIA

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

BALANÇO SOCIAL

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

INTRODUÇÃO

O ano de 2011, dando continuidade às dificuldades crescentes após 2009, veio a revelar-se um ano particularmente difícil para a maioria dos cidadãos, empresas e entidades públicas, incluindo as autarquias. A crise financeira a evoluir de forma acentuada, penalizando fortemente as economias mais frágeis, aliada a um evidente descontrolo orçamental, que o país vivia há longos anos, levou a que fossem implementadas, duras medidas, atingindo fortemente os cidadãos em geral e os municípios em particular.

As dificuldades atingem sempre de forma mais drástica, os mais desfavorecidos. Esta realidade levou-nos a incrementar medidas de apoio na área social, como sejam, o apoio nos medicamentos, o reforço do centro de ajudas técnicas, o crescimento dos apoios na recuperação de habitações, o reforço orçamental das verbas para bolsas de estudo, a criação do seguro de responsabilidade civil para os voluntários, o reforço dos apoios na área da ação social escolar, etc. A par desta realidade, foram reduzidas as transferências do OE, aumentaram os imposto (IVA) e cresceram substancialmente os custos com os serviços prestados pelos sistemas multimunicipais, como é o caso do tratamento de efluentes efetuado através da Simlis.

Todas as referências anteriores ligadas à redução dos impostos locais, mormente o IMT, à redução das taxas relacionadas com licenciamentos, por via da crise generalizado do setor da construção, representam uma congregação de fatores negativos para a gestão dos municípios. Se adicionarmos a tudo isto, os atrasos incompreensíveis, na análise e aprovação de candidaturas no âmbito do QREN, bem como a quebra de compromissos assumidos, por parte de governantes,

então o cenário ainda se torna mais escuro. Tendo por base estes pressupostos e não obstante todos os esforços da nossa equipa no sentido da racionalização dos recursos, algo a já estávamos habituados, a despesa corrente continuou a crescer, sob pena, de termos que implementar medidas que afetassem fortemente a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos, o que felizmente ainda não aconteceu.

Levamos até ao limite a aplicação de tarifas com um cunho social muito forte, nomeadamente em sede de RSU e efluentes, cobrando apenas cerca de 15% dos custos efetivos dos serviços, suportando o orçamento municipal os diferenciais, que ascendem a mais de 1 milhão de €. Esta situação tem que ser paulatinamente invertida, apesar das dificuldades dos cidadãos.

Implementamos diversas medidas de contenção, tais como:

- Introdução em todo o concelho, de relógios astronómicas, gerando poupança de energia;
- - Desligação de luminárias, sem contudo afetarmos significativamente a qualidade do serviço, mormente em sede de segurança para pessoas e bens;
- - Suspendemos a publicação do boletim municipal;
- - Em todos os novos projetos, introduzimos a energia solar;
- - Suspendemos o funcionamento do cinema (tivemos sessões com 2, a 10 utilizadores);
- - Reduzimos a dotação orçamental para publicidade;
- - Suspendemos os apoios ao nível do financiamento do investimento das coletividades;
- - Incrementámos a atividade de fiscalização das ligações clandestinas de águas pluviais, ao sistema de recolha e tratamento de efluentes;
- - Acelerámos a cobrança coerciva de taxas e licenças;



- - Reduzimos a aquisição de publicações periódicas para a biblioteca;
- Não renovamos contratos a termo, com colaboradores, não obstante fazerem falta ao serviço;
- - Etc.

A par de todas estas dificuldades, o desemprego no concelho cresceu de forma muito significativa, devido ao encerramento de uma unidade industrial de grande dimensão, colocando no desemprego 168 pessoas. Não obstante não nos confortar, ainda continuamos com taxas significativamente abaixo da média nacional.

Foi com o cenário anteriormente referido que tivemos que trabalhar e foi com todas estas condicionantes que decorreu o exercício de 2011, cujos resultados apresentaremos de seguida.

PARTE I - ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

1. Composição dos Órgãos e Organização dos Serviços

1.1. Composição da Câmara Municipal

Constituída por 7 membros (1 Presidente e 6 Vereadores) e, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 75 da Lei 169/99 de 18 de Setembro com a redacção dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, o mandato dos órgãos das Autarquias Locais têm a duração de quatro anos.

Novo Executivo (início de funções a 26/10/2009):



Presidente: António José Martins de Sousa Lucas



Vereador em Regime de Permanência: Carlos Alberto de Oliveira Henriques

Pelouros: Operações Urbanísticas, Educação,
Associativismo, Ambiente e Salubridade



Vereador em Regime de Permanência: Cíntia Manuela da Silva

Pelouros: Acção Social, Cultura, IPSS e Saúde

Vereadores sem pelouros atribuídos



José Tiago Ferreira Couto Duarte



Francisco Meireles Cardoso



Graça Maria Henriques Pereira



Horácio Moita Francisco

1.2. Composição da Assembleia Municipal

Deputados Municipais (início de funções a 26/10/2009):

Deputados Municipais

José Vieira dos Reis (Presidente)

Henrique Amado Carvalho

Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos (Vice-Presidente)

Nuno Miguel Costa Monteiro

Colette Pedrosa de Sousa (Secretário)

António Joaquim Soares Zeferino

Luís Miguel Chagas Vieira Martins

Tânia Sofia Pereira de Oliveira



António dos Reis Ferreira
Nelson Luís Monteiro Guerra
Alberto de Matos
Mariana Cecília Ligeiro Justo
João Manuel Guerra Bastos

Maria Irene Moreira de Sousa

Luís Miguel Ribeiro Ferraz

Tânia Marisa Correia Oliveira

Raquel Maria Cunha Ferreira

Paulo Fernando Romão Encarnação

António Carlos Costa Jordão

Cristóvão Mira Ribeiro

Leonor Ferreira Faustino

Germano Santos Pragosa (Presidente da
Junta Freguesia da Batalha)

Carlos Alberto Monteiro dos Santos
(Presidente da Junta de Freguesia da
Golpilheira)

António Fernando Martins de Sousa Lucas
Presidente da Junta de Freguesia do
Reguengo do Fetal)

Silvestre Pereira Carvalhana (Presidente da
Junta de Freguesia de São Mamede)

1.3. Organização dos Serviços

Na sequência da aplicação do Decreto-Lei n.º 305/2009 de 23 de Outubro, procedeu-se à adaptação da estrutura e organização dos serviços autárquicos à realidade actual, tendo sido publicado novo Regulamento dos Serviços, em D.R. n.º 245, IIª Série, de 21/12/2010, após aprovação das estruturas orgânicas em Assembleia de 30/09/2010, sob proposta da Câmara de 16/09/2010.

A Organização Interna dos serviços municipais obedece agora a um **Modelo Estrutural Hierarquizado**, nos termos da alínea a) do n.º 1 do Artº 9º, em conjugação com o Artº 10º do D.L. n.º 305/2009, de 23 de Outubro. A adequação da estrutura orgânica da Câmara de Municipal foi concebida com o objectivo de:

- Assegurar uma melhoria das condições de exercício da missão, das funções e das atribuições da autarquia, respondendo de forma mais eficaz e eficiente aos principais constrangimentos de organização funcional e de recursos, face ao aumento das competências e à evolução da exigência de qualidade dos serviços por parte dos cidadãos utilizadores;
- Criar um novo modelo flexibilizado de funcionamento, em função dos objectivos, utilizando de forma mais racional o pessoal e as tecnologias disponíveis;
- Favorecer o estabelecimento de metodologias de trabalho transversais a toda a organização, a agregação e partilha de serviços e equipas multidisciplinares que satisfaçam necessidades comuns a várias unidades orgânicas;
- Reforçar as competências de gestão, garantindo uma unidade nuclear com visão transversal a toda a organização que coordene as acções necessárias para maior interacção entre serviços e consequente prossecução dos objectivos estratégicos definidos pelos órgãos do município;
- Assegurar uma relação equilibrada e motivadora com um mínimo de flexibilidade capaz de integrar as mudanças que se operaram no sector público, por via das medidas de contenção do Plano de Estabilidade e Crescimento;
- Garantir maior eficiência e controlo dos instrumentos de apoio à gestão, designadamente Mapa de Pessoal, Sistema de Avaliação dos Serviços e Orçamento, através de uma nova orgânica de reporte da decisão.

Pela Assembleia Municipal foi fixada a seguinte estrutura:

A. Número Máximo de Estruturas Nucleares (1):

- Departamento de Administração Geral, que compreende os serviços das áreas: financeira, recursos humanos, jurídica, administrativa, desenvolvimento económico e social, qualidade, controlo de gestão e auditoria.



B. Número Máximo de Estruturas Flexíveis (5):

A dotação máxima de Unidades Orgânicas Flexíveis é fixada em **5**, correspondente à seguinte estrutura:

- Divisão de Ordenamento do Território;
- Divisão de Manutenção e Exploração;
- Divisão de Obras Municipais;
- Divisão da Educação, Cultura e Desporto;
- Divisão Financeira e do Património.

C. Número Máximo de Subunidades Orgânicas (5):

A dotação máxima de Subunidades Orgânicas é fixada em **5**, correspondente à seguinte estrutura:

- Subunidade Orgânica de Apoio Administrativo à Divisão da Educação, Cultura e Desporto;
- Subunidade Orgânica de Gestão Escolar;
- Subunidade Orgânica de Contabilidade;
- Subunidade Orgânica de Apoio Administrativo à Divisão de Obras Municipais;
- Subunidade Orgânica de Tesouraria.

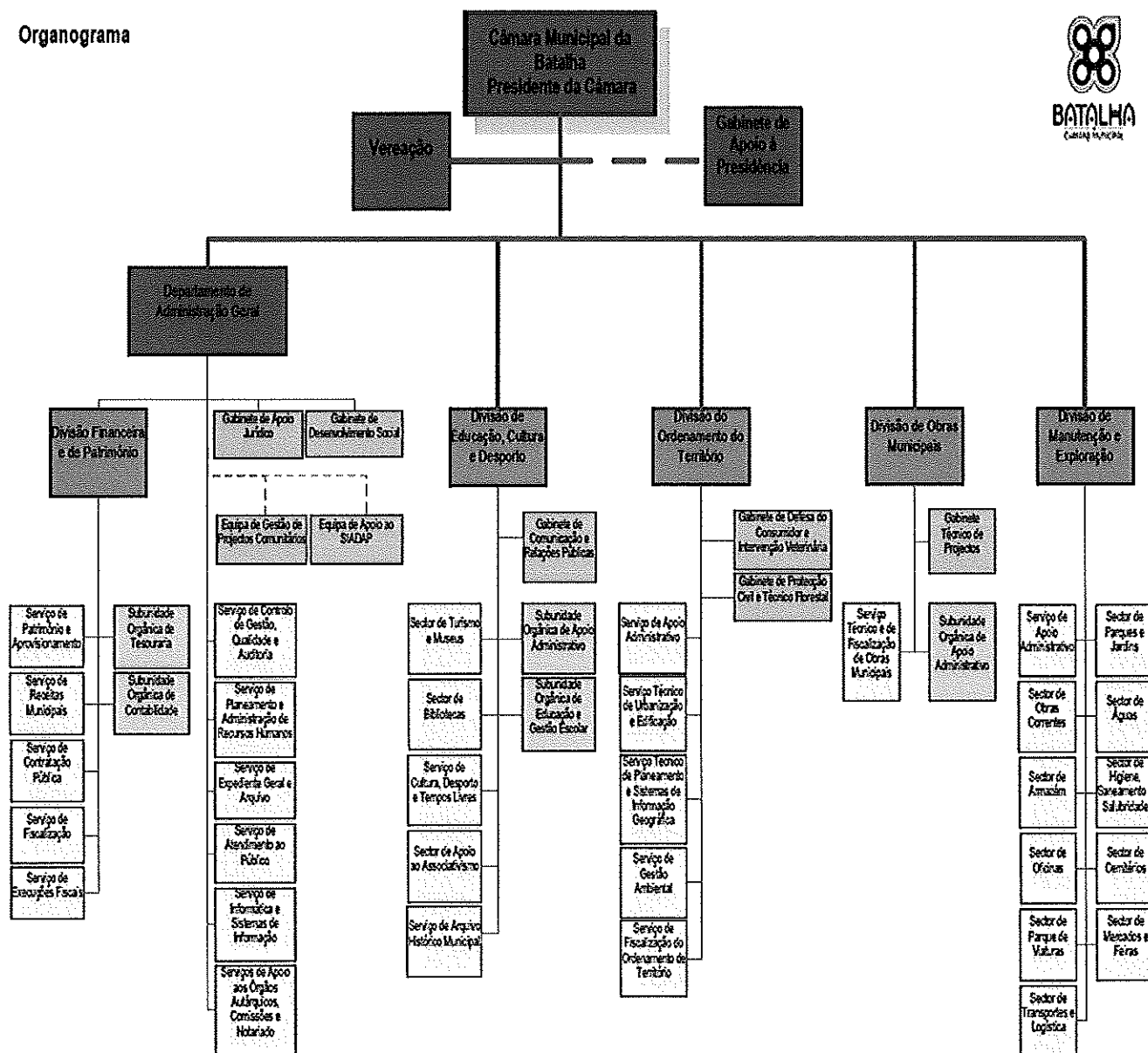
D. Número Máximo de Equipas de Projecto (2):

Nos termos do Artº 11º do A dotação máxima de Equipas de Projecto é fixada em **(2)**, correspondente à seguinte estrutura:

- Equipa de Gestão de Projectos Comunitários;
- Equipa de Projecto de Apoio ao SIADAP.

Da qual resultou o seguinte organigrama dos serviços:

Organograma



Modelo Estrutural Hierárquico – Conforme Dec. Lei 306/2009, de 23 de Outubro

PARTE II - RECURSOS HUMANOS

1. ESTRUTURA DE RECURSOS HUMANOS

1.1. Controlo do Mapa de Pessoal

A estrutura de recursos humanos em 31 de Dezembro, era composta por 98 colaboradores, menos 3 funcionários do quadro do que no ano anterior. O *Índice de Tecnicidade* da autarquia continua bastante elevado, acima dos 30%, o que revela uma aposta forte em quadros especializados. No que diz respeito à relação de vínculo, podemos concluir que 11,22% da estrutura de recursos humanos (11 trabalhadores) se encontrava com regime de vínculo por contrato a termo resolutivo, sendo que, 9 destes colaboradores, se encontravam integrados como docentes das AEC's. No ano anterior, a taxa de contratados a termo certo era de 15,84%, concluindo-se que a Autarquia adoptou uma política de recrutamento por modalidade de contrato de trabalho em regime de funções públicas por tempo indeterminado, garantindo maior estabilidade na sua estrutura de recursos humanos e diminuindo a precariedade de emprego nos diferentes grupos profissionais. O efectivo total da autarquia, distribuído por classes profissionais, está expresso no quadro seguinte:

Efectivo Total distribuído por Relação de Vínculo

Classes	Relação de Vínculo				Total
	CT Tmp Indet.	Comissão Serviço	CT Termo	Outra	Total
Dirigentes		5			5
Técnicos Superiores	11		10		21
Assistentes Técnicos	30		1		31
Assistentes Operacionais	40				40
Informática	1				1
Outros	-				-
TOTAL	82	5	11	-	98
Prestadores de Serviços					1

Verificaram-se 17 novas admissões, das quais destacamos os docentes das AEC's (9) e os assistentes operacionais para a Divisão de Manutenção e Exploração (6), situações que vieram colmatar significativas insuficiências nos serviços de

manutenção coordenados pela referida unidade orgânica e da necessidade de assegurar a competência delegada pelo Ministério da Educação no apoio às actividades de enriquecimento curricular nas escolas primárias do Concelho da Batalha.

Admissões de Colaboradores

Classes	Procº Concursal	Comissão Serviço	Outras Situações	TOTAL
Dirigentes		1		1
Técnicos Superiores	9			9
Assistentes Técnicos	1			1
Assistentes Operacionais	6			6
Informática				0
Outros				0
TOTAL	16	1	0	17

Em contrapartida, registaram-se 20 saídas, das quais destacamos a caducidade de 13 contratos a termo (9 técnicos superiores das Actividades de Enriquecimento Curricular; 1 técnicos superior arquitetura; 1 técnico superior engenharia civil; 1 técnico superior engenharia do ambiente) e a saída de 5 assistentes operacionais por aposentação.

Saídas de Colaboradores

Classes	Caducidade CT Termo	Revogação e outras situações	Aposentações	TOTAL
Dirigentes				0
Técnicos Superiores	13	1		14
Assistentes Técnicos	1			1
Assistentes Operacionais			5	5
Informática				0
Outros				0
TOTAL	14	1	5	20

1.2. Custos com Pessoal e afectação do Limite Legal

As despesas orçamentais com pessoal ascenderam a 1.899.862 €, verificando-se um decréscimo em relação ao ano anterior de 96.363 € [-4,8%], tendo sido adotadas as medidas de contenção da despesa previstas na LOE/2011, na Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril, no D.L. nº 72-A/2010, de 18 de Junho e na Lei nº 12-A/2010, de 30 de Junho. O nível de controlo exercido sobre as despesas com pessoal o cumprimento da Lei.

As Despesas com pessoal mantiveram-se no limite legal imposto pelos D.L. nº 116/84 e 44/85. Este limite só foi parcialmente utilizado em 38,9%, registando-se uma diminuição de 3,6% em relação a período homólogo do ano anterior, correspondendo a uma menor afectação dos limites impostos.

Custos com Pessoal

Descritivo	2010	2011	Peso %	Var. 10-11
Remunerações Certas e Permanentes	1.484.936	1.396.678	73,6%	-4,7%
Membros dos Órgãos Autárquicos	106.586	92.914	4,9%	-12,8%
Pessoal do Quadro	897.852	939.169	49,4%	4,6%
Pessoal em qualquer outra situação	36.898	36.661	1,9%	-0,6%
Pessoal em Regime de tarefa ou avença	25.107	4.750	0,3%	-81,1%
Pessoal c/ contrato a Termo Certo	150.184	101.584	5,3%	-32,4%
Rem. Doença e maternidade/paternidade	30.556	29.809	1,6%	-2,4%
Subsídio de Férias e de Natal	217.754	191.792	10,1%	-11,9%
Outras Despesas c/ Pessoal	191.714	186.542	9,8%	-2,7%
Deslocações e Ajudas de Custo	7.908	5.866	0,3%	-25,8%
Trabalho Extraordinário	31.740	27.278	1,4%	-14,1%
Subsídio de Refeição	109.588	104.263	5,5%	0,0%
Abonos Diversos	1.263	1.266	0,1%	0,2%
Abonos e Senhas Presença	6.893	14.304	0,8%	107,5%
Representação	34.341	33.565	1,8%	-2,3%
Suplementos e Prémios			0,0%	100,0%
Segurança Social	339.575	316.643	16,7%	-6,8%
Pensões	3.369	2.640	0,1%	-21,7%
Encargos com a Saúde	67.986	54.575	2,9%	-19,7%
Subsídio familiar a crianças e jovens	33.241	15.194	0,8%	-54,3%
Contribuições Segurança Social - Regime Geral	60.298	37.817	2,0%	-37,3%
Contribuições Segurança Social Func. Públicos	165.150	195.102	10,3%	18,1%
Acidentes em serviço e doenças profissionais	0		0,0%	
Seguros de Pessoal	9.530	11.315	0,6%	18,7%
TOTAL	1.996.225	1.899.862	100%	-4,8%

O indicador do limite legal de custos com pessoal reflecte uma boa política de gestão de recursos. A nível nacional, constitui uma das mais baixas percentagens

de representatividade das despesas com pessoal sobre a receita corrente (de apenas 23,4%).

Limite Legal _ Custos com Pessoal

Ano referência	2010	2011
Nº Efectivos (Trabalhadores)	101	99
Custo Médio por Efectivo	19.765	19.191
<i>Limite Legal de Afecção Receita Corrente</i>	25,5%	23,4%
(*) Segundo D.L. 116/84 e 44/85, o limite legal de afectação dos custos com pessoal sobre receitas correntes do ano anterior ao respectivo exercício é de 60%.		
% Afecção do Limite Legal (D.L.116/84 e 44/85)	42,5%	38,9%

1.3. Absentismo / Assiduidade

O absentismo traduzido no número de dias de ausência ascendeu os 2.130 dias. No ano anterior registaram-se 2.686 dias de ausência. Significa que, no ano em análise, houve um decréscimo de absentismo de 556 dias.

Absentismo

Classes	Dias de Absentismo (faltas) / Férias							Total F/ Dias
	Casamento	Falecº Familiar	Doença	Por Ac. Trab	Assist. Familiar	Trab. Estudante	Outras	
Dirigentes		2	5				0,5	7,5
Técnicos Superiores		1	57		15	7	26,5	106,5
Assistentes Técnicos	10	6	233		223	93	60,5	645,5
Assistentes Operacionais		9	1184	8	133		36,5	1370,5
Informática								0
Outros								0
TOTAL	10	18	1479	8	371	100	144	2130

1.4. Formação Profissional

No ano em análise, foram ministradas 1.129 horas de formação, assim distribuídas por grupos profissionais:

- Dirigentes (270,5 h);
- Técnicos Superiores (354,5 h);
- Assistentes Técnicos: (447 h);
- Assistentes Operacionais (57 h);

PARTE III - SITUAÇÃO ECONÓMICA, FINANCEIRA E ORÇAMENTAL

1. ANÁLISE ORÇAMENTAL

1.1. Execução Orçamental da Receita

No exercício de 2011 verificou-se um aumento global das receitas cobradas em 5,2%, relativamente ao ano anterior. Este aumento resultou do crescimento das receitas de capital em 1.672.811 €, fruto das comparticipações dos fundos comunitários. No entanto, as receitas correntes cobradas diminuíram em 1.036.952 € (-12,74%), fruto da forte crise que se instalou no setor da construção civil e que se fez refletir nas receitas das taxas de operações urbanísticas e outras taxas camarárias, assim como nas receitas fiscais. Globalmente, as receitas próprias da autarquia (receita cobrada líquida de impostos diretos, indiretos, taxas e prestações de serviços) tiveram uma redução efetiva de 578.625 €, tendência manifestamente preocupante para a alavancagem dos encargos de estrutura da Organização.

No ano anterior e por reporte ao período homólogo de 2009, a rubrica das *Taxas, Multas e Outras penalidades* tinham registado um crescimento de 185,64% [+ 525.397 €], correspondendo a aumentos da conservação e tratamento de resíduos sólidos urbanos [+428.310 €], conservação e tratamento de esgotos [+114.746 €], fruto da recuperação da dívida de 2009 e 2010 da concessionária ÁGUAS DO LENA e da dívida da ISERBATALHA, E.E.M. perante o Município, respeitante às comparticipações familiares da alimentação fornecida às escolas do 1º CEB e jardins de infância da rede pública de ensino do Concelho da Batalha. As receitas de capital tiveram um crescimento real de 41,16%, tendência fortemente influenciada pelas receitas provenientes dos fundos comunitários (QREN), tendo

resultado num encaixe financeiro de 2.958.906,45 €, correspondente a 23,05% das receitas globais da autarquia.

Os projectos integrados no QREN que obtiveram contrapartidas comunitárias no ano em análise, foram o Centro Educativo da Batalha [204.035,09€]; o Campo de Futebol Sintético [213.828,67 €]; a Beneficiação do Caminho Municipal 1265 - Estrada de S. João à Torre [351.701,10 €]; a construção do Museu da Comunidade Concelhia da Batalha [228.778,91 €]; a Requalificação do Largo da Feira de S. Mamede [315.595,45 €]; a RARD Garruchas [714.535,45 €], a RARD do vale da Seta [215.325,01 €], o Caminho Vicinal Qta. Sobrado, Cancelas [351.670,16 €], e a Construção do Centro Educativo de S. Mamede [314.324,27 €].

Registou-se uma quebra na rubrica dos *rendimentos de propriedade* em 321.568 €. No ano anterior obtivemos uma receita excepcional de rendas de concessão e exploração de parques eólicos. Em 2010, a renegociação do contrato de com Águas do Lena, S.A., permitiu um encaixe financeiro de 454.960 € de rendas da concessão da exploração do sistema de abastecimento de águas do Concelho da Batalha. Sem estas receitas extraordinárias, justifica-se a diminuição substancial dos rendimentos de propriedade no ano em análise.

No que diz respeito às despesas totais (realizadas), podemos constatar que reduziram em 757.313 €, cuja taxa de decréscimo foi de 5,5 % em relação ao ano anterior. Este efeito, resultou fundamentalmente da redução do volume de investimento [-1.402.844 €], já que, globalmente, as despesas correntes tiveram tendência inversa [+569.443 €]. Em termos de execução de receita, verifica-se que foram liquidados, em 2011, 13.333.686 €. Em igual período do ano anterior a receita liquidada foi de 12.033.824 €. A taxa de execução orçamental situou-se nos 61,9%,

denotando um decréscimo nominal de 3,8 pontos percentuais em relação ao ano passado. Ao analisarmos as rubricas mais importantes (com mais de 2 milhões de euros de dotação orçamental) verificámos um excelente grau de realização de receitas relacionadas com Transferências de Capital, pelos motivos já expostos. A dependência orçamental de receitas externas provenientes de empréstimos bancários foi de 10%.

Execução da Receita (orçada, liquidada e cobrada)

	Exercício 2010					Exercício 2011				
	Orçada	Liquidada	Cobrada (Liquidada)	Desvio (valor)	Tx.Exec.	Orçada	Liquidada	Cobrada (Liquidada)	Desvio (valor)	Tx.Exec.
	[1]	[2]	[3]	4 = [3-1]	5 = [3/1]	[1]	[2]	[3]	6 = [3-1]	6 = [3/1]
01 Impostos Directos	2.421.708	2.601.424	2.581.673	159.965	106,6%	2.639.616	2.380.475	2.385.379	-274.237	89,6%
02 Impostos Indirectos	160.602	138.155	140.309	-40.293	77,7%	162.842	106.211	105.665	-46.977	69,3%
04 Taxas, Multas e Outras Penalidades	910.368	592.436	808.422	-101.946	88,8%	524.744	464.361	461.666	-62.878	89,0%
05 Rendimentos da Propriedade	694.965	848.115	971.288	276.333	139,6%	852.043	652.099	649.730	-232.313	73,7%
06 Transferências Correntes	3.397.547	3.167.397	3.167.397	-220.150	93,5%	3.322.433	3.144.753	3.029.111	-293.322	91,2%
07 Venda de Bens e Serviços Correntes	388.786	562.673	449.220	60.434	115,5%	457.295	788.739	467.689	10.594	102,3%
08 Outras Receitas Correntes	32.157	16.660	16.154	-16.003	50,2%	18.915	25.287	17.652	737	104,4%
Receitas Correntes	8.016.133	7.926.656	8.134.443	118.310	101,6%	7.895.888	7.561.924	7.097.491	-698.397	88,8%
09 Venda de Bens de Investimento	500.000		0	-500.000	0,0%	650.000		0	-650.000	0,0%
10 Transferências de Capital	7.049.464	3.282.528	3.282.528	-3.766.936	46,6%	9.478.218	4.371.034	4.352.578	-5.125.640	45,9%
11 Activos Financeiros			0	0	0,0%				0	0,0%
12 Passivos Financeiros	3.000.000	675.000	675.000	-2.325.000	22,5%	2.600.000	1.325.000	1.325.000	-1.175.000	50,0%
13 Outras Receitas de Capital	8.008	145.277	106.360	98.352	1328,2%	94.157	73.038	69.121	-35.036	62,6%
Receitas Capital	10.557.472	4.102.805	4.063.888	-6.493.584	38,6%	12.722.376	6.769.072	6.738.699	-5.985.676	45,1%
15 Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	4.359	4.162	4.162	-197	95,5%	6.660	2.669	2.669	-2.661	48,5%
Saldo da Gestão Anterior*	0	0	0	0	0,0%	0	0	0	0	0,0%
Total	18.577.964	12.033.823	12.202.493	-6.375.471	65,7%	20.723.813	13.333.696	12.836.880	-7.886.933	61,9%

* Não considerada utilização do Saldo da Gestão Anterior.

As receitas fiscais resultantes de impostos directos diminuíram globalmente 8,4%, sendo determinante o decréscimo do IMT(-30,7%) e Derrama (-14,9%), espelhando a recessão económica do mercado imobiliário e no setor industrial.

Receita Fiscais – impostos directos (orçada, liquidada e cobrada)

	Exercício 2010				Exercício 2011				Var. (%)
	Orçada	Cobrada	Desvio (valor)	Tx.Exec.	Orçada	Cobrada	Desvio (valor)	Tx.Exec.	RC '10 - 11
	[1]	[2]	3 = [2-1]	4 = [2/1]	[1]	[2]	3 = [2-1]	4 = [2/1]	
IMI / Contribuição Autárquica	1.102.573	1.167.071	64.498	105,8%	1.202.892	1.211.166	8.274	100,7%	3,8%
IUC / IMV	234.444	285.372	50.928	121,7%	272.858	313.825	40.967	115,0%	10,0%
IMT / SISA	723.475	763.835	40.360	105,6%	774.105	529.499	-244.606	68,4%	-30,7%
Derrama	361.216	365.395	4.179	101,2%	389.594	310.889	-78.705	79,8%	-14,9%
Impostos Abolidos	0	0	0	0,0%	0	0	0	0,0%	0,0%
Outros	0	0	0	0,0%	167	0	-167	0,0%	0,0%
Impostos Directos	2.421.708	2.681.673	159.965	106,6%	2.639.616	2.385.379	-274.237	89,6%	-8,4%

O grau de execução dos impostos directos situou-se nos 2.365.379 €, ou seja, 89,6% do previsto, mercê da redução do IMT e Derrama. Quanto aos Passivos Financeiros, o Município tinha orçamentado 2,5 milhões de euros relacionados com linha de crédito para financiar diversos investimentos, contudo, o Município apenas utilizou 1,325 milhões de euros do empréstimo já contratualizado com a o Banco Bilbao Viscaya.

1.2. Execução Orçamental da Despesa

Como se pode aferir, o grau de execução do orçamento da despesa (despesas pagas/orçamento anual) atingiu os 61,3%.

Execução da Despesa

	Despesa Orçada (corrigida)	Despesa Comprometida	Despesa Paga	Desvio	Taxa Execução (%)	Comprometida e Não Paga
	[1]	[2]	[3]	4 = [3-1]	5 = [3/1]	6 = [2-3]
01 Pessoal	2.158.114	1.916.881	1.899.862	-258.252	88,0%	17.019
02 Aquisição de bens e Serviços	5.375.345	5.062.076	4.012.714	-1.362.631	74,7%	1.049.362
03 Juros e Outros encargos	42.540	39.228	33.394	-9.146	78,5%	5.833
04 Transferências Correntes	595.750	587.927	505.392	-90.358	84,8%	82.535
05 Subsídios	404.534	402.961	392.406	-12.128	97,0%	10.554
06 Outras Despesas Corrente	259.652	255.589	235.682	-24.170	90,7%	19.907
Despesas Correntes	8.836.135	8.284.660	7.079.450	-1.756.685	80,1%	1.185.209
07 Aquisição de Bens de Capital	11.304.434	7.023.405	5.078.959	-6.225.475	44,9%	1.944.446
08 Transferência de Capital	213.900	180.500	170.366	-43.534	79,6%	10.134
09 Activos Financeiros						
10 Passivos Financeiros	368.844	365.797	365.797	-3.047	99,2%	0
11 Outras Despesas Capital	500			-500	0,0%	0
Despesas Capital	11.887.678	7.569.702	5.615.122	-6.272.556	47,2%	1.954.580
Total	20.723.813	15.834.362	12.694.572	-8.029.241	61,3%	3.139.789

O grau de execução da classe 07 - Aquisição de bens de capital foi menos expressivo do que ano anterior, situando-se nos 44,9%. Contudo, a despesa comprometida nesta rubrica atingiu 7,023 milhões de euros, revelando elevado nível de investimento e dinâmica empreendedora do município. O peso relativo (%) da despesa corrente sobre as despesas totais aumentou em 6,8% no ano económico em análise, verificando-se algumas mudanças estruturais do comportamento global da despesa por influências das receitas do QREN.

Comparativo da Despesa (2010 - 11)

	2010			2011			Var. %
	Paga	Realizada	Peso (%) DR/DT	Paga	Realizada	Peso (%) DR/DT	DR 2010-2011
01 Pessoal	1.996.225	2.012.098	13,8%	1.899.862	1.918.881	13,9%	-4,7%
02 Aquisição de bens e Serviços	3.329.143	3.703.035	25,4%	4.012.714	4.595.625	33,3%	24,1%
03 Juros e Outros encargos	13.895	13.895	0,1%	33.394	39.226	0,3%	182,3%
04 Transferências Correntes	622.439	675.203	4,6%	505.392	587.927	4,3%	-12,9%
05 Subsídios	615.274	615.274	4,2%	392.406	402.961	2,9%	-34,5%
06 Outras Despesas Corrente	181.623	202.444	1,4%	235.682	248.772	1,8%	22,9%
Despesas Correntes	6.768.699	7.221.949	49,6%	7.079.450	7.791.392	56,4%	7,9%
07 Aquisição de Bens de Capital	5.089.168	6.868.128	47,2%	5.078.959	5.465.284	39,6%	-20,4%
08 Transferência de Capital	327.059	329.779	2,3%	170.366	180.500	1,3%	-45,3%
09 Activos Financeiros	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0,0%
10 Passivos Financeiros	140.432	140.432	1,0%	365.797	365.797	2,7%	160,5%
11 Outras Despesas Capital	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0,0%
Despesas Capital	5.556.659	7.338.339	50,4%	5.615.122	6.011.682	43,6%	-18,1%
Total	12.315.258	14.560.287	100,0%	12.694.672	13.802.974	100,0%	-5,2%

Os apoios ao associativismo realizados em 2011 foram na ordem dos 764.731 € e tiveram larga expressão no cômputo geral das transferências correntes e de capital. É de referir que a despesa paga no referido valor, reporta-se a protocolos que foram celebrados em mais de um ano económico e que vão sendo satisfeitos (liquidados) à medida que as colectividades vão justificando despesa, ao abrigo do regulamento dos apoios ao associativismo.

Transferências Correntes e de Capital

	Exercício 2010		Exercício 2011	
	Valor	Peso (%)	Valor	Peso (%)
Transferências Correntes				
Apoios ao Associativismo (PDC)	530.986	33,93%	390.371	36,81%
Freguesias	14.386	0,92%	17.682	1,67%
Empresa Municipal (*)	615.274	39,32%	392.406	37,01%
Outras Transf's	77.067	4,93%	89.550	8,45%
Transferências de Capital				
Apoios ao Associativismo (PDC)	174.380	11,14%	44.046	4,15%
Freguesias	152.699	9,76%	126.321	11,91%
Empresa Municipal (*)	0	0,00%	0	0,00%
Outras Transf's	0	0,00%	0	0,00%
Total	1.684.772		1.060.376	

* Inclui subvenções financeiras à ISERBATALHA. Exceptuam-se contratos de prestação de serviços.

1.3. Execução Orçamental das Grandes Opções do Plano

A taxa de execução das Grandes Opções do Plano atingiu os 72%. Obtivemos um favorável índice de eficiência orçamental, tendo contribuído para o efeito a dinâmica empreendedora dos serviços da autarquia e a capacidade financeira subjacente a baixos níveis de endividamento, garantia da sustentabilidade do plano plurianual de investimentos.

Execução das Grandes Opções do Plano

OBJECTIVO/PROGRAMA	DESPESA		Dotação		Taxa Exec. D=[B/C]
	Facturada [A]	Paga	Comprom. [B]	Definida [C]	
1 FUNÇÕES GERAIS	629.069	428.573	576.951	622.778	93%
111 Administração Geral	255.470	234.064	267.397	299.100	89%
121 Protecção Civil e Luta contra Incêndios	273.599	194.509	309.554	323.678	96%
2 FUNÇÕES SOCIAIS	8.029.683	7.236.972	9.593.702	12.941.602	74%
211 Ensino Não Superior	1.210.626	1.097.215	1.621.144	1.646.441	98%
212 Serviços Auxiliares de Ensino	959.984	913.487	1.049.269	1.300.637	81%
221 Serviços Individuais de saúde	65.212	56.928	72.058	82.094	88%
232 Acção Social	44.578	42.600	49.304	84.400	58%
241 Habitação	8.055	8.005	8.865	51.850	17%
242 Ordenamento do território	686.210	557.057	762.176	2.345.529	32%
243 Saneamento	1.826.516	1.632.381	2.014.593	2.191.354	92%
244 Abastecimento de Água	176.032	166.521	183.281	383.734	48%
245 Resíduos Sólidos	808.846	629.944	894.991	914.487	98%
246 Protecção Meio Ambiente Conserv. Natureza	445.428	437.383	445.428	581.534	77%
251 Cultura	725.829	714.235	740.302	1.393.240	53%
252 Desporto Recreio e Lazer	1.072.368	981.216	1.752.290	1.866.302	94%
253 Outras Actividades Cívicas e Religiosas				100.000	
3 FUNÇÕES ECONÓMICAS	1.010.854	945.319	1.243.899	2.320.695	54%
320 Indústria e Energia	10.193	8.185	18.496	72.500	26%
331 Transportes Rodoviários	985.297	926.075	1.126.331	1.876.800	60%
340 Comércio e Turismo				163.240	0%
341 Mercados e Feiras					
342 Turismo	15.364	11.059	99.072	208.155	48%
4 OUTRAS FUNÇÕES	144.002	144.002	144.002	151.900	95%
420 Transferências entre Administrações	144.002	144.002	144.002	151.900	95%
TOTAL	9.713.609	8.754.867	11.558.555	16.036.975	72%

RESUMO :

1 FUNÇÕES GERAIS	529.069	428.573	576.951	622.778	93%
2 FUNÇÕES SOCIAIS	8.029.683	7.236.972	9.593.702	12.941.602	74%
3 FUNÇÕES ECONÓMICAS	1.010.854	945.319	1.243.899	2.320.695	54%
4 OUTRAS FUNÇÕES	144.002	144.002	144.002	151.900	95%
TOTAL	9.713.609	8.754.867	11.558.555	16.036.975	72%

No mapa da execução das GOP's, retratámos os *objectivos estratégicos* da gestão autárquica nas vertentes da educação, cultura, desporto, acção social, desenvolvimento urbanístico, valorização da qualidade do ambiente, abastecimento público de água, infra-estruturas rodoviárias, etc.; constituindo o instrumento de análise dos recursos financeiros que foram directamente aplicados ao serviço da população. De facto, este é um Plano Estratégico que afectou 11.558.555 € (compromissos assumidos) do orçamento global aos projectos e programas inicialmente propostos em sede de orçamento, a título das prioridades definidas pelo Executivo.

O ordenamento do território a par do saneamento básico, constituem os principais investimentos, logo seguido da cultura e desporto. No mapa de execução do Plano Plurianual de Investimentos e das Actividades Mais Relevantes estão evidenciados os projectos que maior representatividade tiveram na execução da despesa (ver – Anexo: Mapas Orçamentais).

Os investimentos realizados, constantes no PPI, foram assegurados pelas seguintes fontes de financiamento:

Fontes de Financiamento dos Investimentos

	Exercício 2010		Exercício 2011	
	Valor	Peso (%)	Valor	Peso (%)
Empréstimos Bancários M/L prazo	675.000	12,1%	1.325.000	23,6%
Venda de Bens de Investimento	0	0,0%	0	0,0%
Transferências de Capital		0,0%		0,0%
FEF K (O.E.)	1.475.533	26,6%	1.393.672	24,8%
Contratos-Programa	0	0,0%	0	0,0%
Fundos Comunitários	1.806.995	32,5%	2.958.906	52,7%
Outras Receltas de Capital	106.360	1,9%	59.121	1,1%
Receltas Próprias de Funcº	1.492.771	26,9%		
Investimento Pago	5.556.659	100,0%	5.616.122	100,0%

1.4. Indicadores de Gestão orçamental

Com a redução verificada nas receitas próprias de funcionamento, a saúde financeira da Autarquia passou de 18% para 1%, situação corroborada pelo peso relativo das receitas de funcionamento sobre as receitas totais (56% no ano em análise, quando em período homólogo do ano anterior era de 68%). Pode-se verificar no mapa seguinte que, a Autonomia Financeira passou de 1.511.729 € para 98.264 €. O quadro seguinte ilustra um elevado grau de autonomização orçamental face às receitas provenientes do Exterior. O nível de independência da receita própria face ao exterior é de 56%.

Indicadores Orçamentais

INDICADORES	2009	2010	2011
Receitas Fiscais (Imp.Directos + Impostos Ind. + Taxas Multas e Outras Penalid.)	2.922.592	3.550.157	2.948.244
Receitas Próprias de Funcionamento (Rec. Totais - Transf. Capital - Passivos Financeiros)	7.882.584	8.270.328	7.177.715
Serviço da Dívida (Encargos Financeiros + Passivo Financeiro)	230.602	154.326	399.191
Receitas de Funcionamento / Receitas Totais	72%	68%	56%
Autonomia Financeira (Receitas Próprias de Funcion. - Despesas Obrigat. correntes)	1.722.910	1.511.729	98.264
Saúde Financeira (Auton. Financeira / Rec. Próprias de funcionam.)	22%	18%	1%

Contudo, verifica-se estruturalmente que a autarquia goza de equilíbrio financeiro, situação das mais confortáveis a nível nacional.

2. ANÁLISE PATRIMONIAL : BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

2.1. Análise ao Balanço

O Balanço e o Sistema Contabilístico adequam-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), espelhando a situação patrimonial da Autarquia a 31 de Dezembro de 2011.

Pela análise da sua estrutura, verificamos que os fundos patrimoniais da autarquia, no montante de 42.042.335 €, registaram uma diminuição de 2.611.744 € em relação a 2010, novamente pela influência dos resultados líquidos negativos do exercício.

A dívida a médio e longo prazo aumentou em 959.203 €, sob a forma de empréstimos a longo prazo, visados pelo Tribunal de Contas, fundamentalmente pela necessidade de utilização parcial de um empréstimo contratualizado com o Banco Bilbao Viscaya para a aplicação em obras que vão ser co-financiadas por fundos comunitários, em sede de contrapartida nacional do financiamento.

A expressiva rubrica dos proveitos diferidos de 11.130.164 €, diz respeito, fundamentalmente, ao diferimento dos apoios financeiros não reembolsáveis provenientes dos fundos comunitários, que vão sendo incorporados nos proveitos de cada exercício económico, em função das taxas de amortização do imobilizado.

No activo circulante as dívidas de terceiros registaram um aumento de 142.665 €, contribuindo para tal os valores resultantes dos ramais domiciliários faturados aos munícipes pela entrada em funcionamento de novas redes de águas residuais domésticas.

	2011	2012	2013	2014	2015
Imobilizado:					
Bens de Domínio Público:					
Terrenos e recursos naturais	3.751	3.751	3.751		
Edifícios					
Outras construções e infra-estruturas	75.757.983	37.458.230	38.299.753	37.440.055	859.698
Bens do patrimônio histórico, artístico e cultural	50.000		50.000	50.000	
Outros bens de domínio público					
Imobilizações em curso	2.634.136	2.634.136	5.651.794		-3.017.658
Adiantamentos por conta de bens de domínio público					
	78.445.869	37.458.230	40.987.640	43.145.599	-2.157.660
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação					
Despesas de investigação e de desenvolvimento					
Propriedade industrial e outros direitos					
Imobilizações em curso	198.719	198.719	182.336		16.384
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas					
	198.719	198.719	182.336		16.384
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais	791.340	791.340	690.052		101.288
Edifícios e outras construções	13.976.070	1.568.324	12.407.746	9.259.912	3.147.834
Equipamento básico	1.442.636	962.264	480.373	380.015	100.358
Equipamento de transporte	826.229	641.646	384.583	228.542	-43.960
Ferramentas e utensílios	375.064	269.015	106.050	93.945	12.105
Equipamento administrativo	1.194.539	1.063.200	131.339	161.744	-50.405
Trens e vasilhame					
Outras imobilizações corpóreas	243.154	154.232	88.922	101.706	-12.784
Imobilizações em curso	1.083.268	1.083.268	2.553.302		-1.470.034
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas					
	19.932.301	4.638.680	15.273.620	13.469.219	1.804.401
Investimentos financeiros:					
Partes de capital	166.789	166.789	166.789		
Obrigações e títulos de participação	43.110	43.110	43.110		
Investimentos em imóveis					
Outras aplicações financeiras					
Imobilizações em curso					
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros					
	209.900	209.900	209.900		
Circulante:					
Existências:					
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	247.007	247.007	243.002		4.005
Produtos e trabalhos em curso					
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos					
Produtos acabados e intermediários					
Mercadorias				7.849	7.849
Adiantamentos por conta de compras					
	247.007	247.007	250.851		-3.844
Dívidas de Terceiros - Médio e Longo Prazo					
Clientes, c/c					
Contribuintes, c/c					
Utentes, c/c					
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo:					
Empréstimos concedidos	17.500	17.500	17.500		
Clientes, c/c	92.621	92.621	130.735		-38.114
Contribuintes, c/c	3.073	3.073	28.857		-25.783
Utentes, c/c					
Clientes, contribuintes e utentes de cobranças duvidosas	39.362	39.362			
Devedores pela execução do orçamento					
Adiantamentos a fornecedores					
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado					
Estado e outros entes públicos					
Administração autárquica					
Outros Devedores	245.478	245.478	38.917		206.561
	398.034	39.362	358.673	216.009	142.664
Títulos negociáveis:					
Ações					
Obrigações e títulos de participação					
Títulos de dívida pública					
Outros títulos					
Outras aplicações de tesouraria	15.108	15.108	15.108		0
	15.108	15.108	15.108		0
Depósitos bancários e caixa:					
Depósitos em instituições financeiras	800.742	800.742	628.824		171.917
Caixa	479	479	485		-7
	801.221	801.221	629.310		171.910
Acréscimos e diferimentos:					
Acréscimos de proveitos	110.924	110.924	382.577		-271.654
Custos diferidos	26.910	26.910	17.392		9.518
	137.834	137.834	399.969		-262.136
Total das amortizações		42.116.910			
Total de Provisões		39.362			
Total do Activo	100.385.993	42.156.272	58.229.721	58.518.301	-288.580

Continuação

Classificação Contábil	Fundos próprios (passivo)	2011	2010	2009
REGAL				(€100)
	Fundos próprios:			
51	Património.....	51.061.813	50.899.719	162.094
52	Ajustamento de partes de capital em empresas.....	-37.089	-37.089	0
53	Reservas de reavaliação.....			
	Reservas:			
531	Reservas legais.....			
532	Reservas estatutárias.....			
533	Reservas contratuais.....			
534	Reservas Livres.....			
535	Subsídios.....			
536	Doações.....	115.000	115.000	
537	Reservas decorrentes de transferências de activos.....			
59	Resultados Transitados.....	-6.323.551	-4.985.521	-1.338.030
59	Resultado Líquido do Exercício.....	-2.773.838	-1.338.030	-1.435.808
	Total dos fundos próprios	42.042.335	44.654.079	-2.611.744
	Passivo:			
	Provisões para riscos e encargos.....			
	Dividas a terceiros de médio e longo Prazo	2.824.201	1.864.998	959.203
		2.824.201	1.864.998	959.203
	Dívidas a terceiros - Curto prazo:			
2211	Empréstimos de curto prazo.....			
2212	Adiantamentos por conta de vendas.....			
2213	Fornecedores c/c.....	592.635	394.409	198.226
2214	Fornecedores-facturas em recepção e conferência.....	107.274	1.026	106.247
2215	Credores pela execução do orçamento.....			
2216	Clientes e Utentes com cações.....			
2217	Fornecedores de imobilizado c/c.....	390.264	1.778.960	-1.388.696
2218	Fornecedores de imobilizado - Facturas em recepção e conferência.....	50.738	2.789	47.949
2219	Estado e outros entes públicos.....	32.997	86.913	-53.916
222	Administração autárquica.....			
223	Outros credores.....	558.056	490.803	67.253
		1.731.963	2.754.901	-1.022.937
	Acréscimos e diferimentos:			
224	Acréscimos de custos.....	501.057	511.303	-10.246
225	Proveitos diferidos.....	11.130.164	8.733.020	2.397.144
		11.631.221	9.244.323	2.386.899
	Total do Passivo	16.187.385	13.864.221	2.323.164
	Total dos fundos próprios e do passivo	58.229.721	58.518.301	-288.580

O quadro seguinte é elucidativo de que o imobilizado líquido era na ordem dos 56,5 milhões euros, mormente por influência de uma forte política de investimentos inigualável nas duas últimas décadas, não obstante o efeito gerador de amortizações acumuladas que, em regra, contraria esta tendência.

As amortizações foram calculadas de acordo com a Portaria 671/2000.

Estrutura do Activo Líquido

Unidade: milhões de euros

Componentes do Activo	2009	2010	2011	VAR. (%)
Bens de dominio público	42.473.795	43.145.599	40.987.640	-5,00%
Imobilizado incorpóreo	137.484	182.336	198.719	8,99%
Imobilizado corpóreo	9.958.148	10.915.917	14.190.352	30,00%
Imobilizado em curso corpóreo	1.275.790	2.553.302	1.083.268	-57,57%
Total do Imobilizado	53.845.216	56.797.154	56.459.979	-0,59%
Investimentos financeiros	209.900	209.900	209.900	0,00%
Existências	142.085	250.851	247.007	-1,53%
Dívidas a receber	461.409	216.009	358.673	66,05%
Títulos negociáveis	15.108	15.108	15.108	0,00%
Depósitos e caixa	601.338	629.310	801.221	27,32%
Acréscimo de proveitos	321.580	382.577	110.924	-71,01%
Custos diferidos	31.865	17.392	26.910	54,72%
Total	1.783.284	1.721.147	1.769.742	2,82%
Activo Líquido	55.628.500	58.518.301	58.229.721	-0,49%

Conforme se pode verificar, não se registaram variações nos investimentos financeiros.

Investimentos Financeiros

Unidade: milhões de euros

Investimentos Financeiros	2009	2010	2011	VAR. (%)
Partes de capital	166.789	166.789	166.789	0,00%
Obrigações e títulos de participação	43.110	43.110	43.110	0,00%
Investimentos em Imóveis				0%
Outras aplicações financeiras				0%
Imobilizações em curso				0%
Adiantamentos				0%
Total	209.899	209.899	209.899	0%

A liquidez reduzida e imediata (tesouraria de curto prazo), aparentemente está em desequilíbrio face à observação dos rácios abaixo representados. Contudo, trata-se de dívida vincenda (e não vencida), cuja cobertura financeira é maioritariamente assegurada por fundos comunitários que, à data da produção do presente relatório, já foram em parte reembolsados.

O prazo médio de pagamentos situa-se abaixo dos 55 dias, corroborando o pontual cumprimento dos compromissos assumidos com as entidades fornecedoras. Temos adoptado medidas que colocam grande pressão junto da CCDRC para o rápido reembolso de pedidos de pagamento de obras co-financiadas pelos fundos comunitários.

Estrutura da Liquidez

Unidade: milhões de euros

Liquidez	2008	2009	2010	VAR. (%)
1 Disponibilidades	601.338	629.310	801.221	27%
2 Títulos negociáveis	15.108	15.108	15.108	0%
3 Dívidas a receber de curto prazo	461.409	216.009	358.673	66%
4 Dívidas a pagar de curto prazo	970.136	2.754.901	1.731.963	-37%
5 Liquidez (5=1+2+3-4)	107.719	-1.894.474	-556.962	

Apesar da influência dos resultados transitados acumulados negativos, os fundos patrimoniais quase estabilizaram. A variação homólogo é de - 5,85% em relação a 2010, não comprometendo a solidez da estrutura dos capitais próprios face ao activo líquido.

Fundos Próprios

Unidade: milhões de euros

Fundos Próprios				VAR. (%)
Componentes dos Fundos Próprios	2009	2010	2011	
Fundo patrimonial	50.899.719	50.899.719	51.061.813	0,32%
Ajustamentos de partes de capital em empresas	-37.089	-37.089	-37.089	0,00%
Reservas + subsídios + doações	115.000	115.000	115.000	0,00%
Resultados transitados	-4.441.901	-4.985.521	-6.323.551	26,84%
Resultados do exercício	-582.476	-1.338.030	-2.773.838	107,31%
Total dos fundos próprios	45.953.253	44.654.080	42.042.335	-5,85%

2.2. Estrutura da Dívida (curto, médio e longo prazo)

A dívida a médio e longo prazo aumentou 51,43% sob a forma de empréstimos a longo prazo. O passivo de curto prazo diminuiu em 37,13%, face à dívida a fornecedores de imobilizado, cujos investimentos estão assegurados por fundos comunitários. A dívida em mora a mais de 90 dias, é praticamente inexistente.

Componentes do Passivo

Unidade: milhões de euros

Componentes do Passivo	2009	2010	2011	VAR. (%)
Dívidas a médio e longo prazo	1.330.429	1.864.998	2.824.201	51,43%
Dívidas a curto prazo	970.136	2.754.901	1.731.963	-37,13%
Total de dívidas a terceiros	2.300.565	4.619.899	4.556.164	-1,38%
Provisões para riscos e encargos	0	0	0	0,00%
Acréscimo de custos	280.203	511.303	501.057	-2,00%
Proveitos diferidos	7.094.478	8.733.020	11.130.164	27,45%
	9.675.246	13.864.222	16.187.385	16,76%

A gestão da dívida tem-se pautado por princípios de rigor, não obstante as restrições impostas pela Lei das Finanças Locais e pela Lei do Orçamento de Estado.

Em 31 de Dezembro, a dívida da autarquia reflectia o valor de 4.556.164 €, ligeiramente inferior à do exercício de 2010.

Apesar dos formalismos que obrigam à apresentação pelas entidades fornecedoras das respectivas declarações não dívida perante a DGCI e a Segurança Social, com consequentes entropias na programação mensal dos pagamentos, os *Prazos Médios de Pagamento* situaram-se nos 53 dias, denotando uma rigorosa gestão de tesouraria em tempos de aumento substancial das despesas de investimento. Veja-se a estrutura da dívida nos quadros seguintes:

Estrutura da Dívida

Dívidas a Terceiros (curto prazo)	2010	2011	Var.Valor
Fornecedores c/c.	395.435	699.909	304.473
Fornecedores Imobilizado	1.781.749	441.002	-1.340.747
Estado e Outros Entes Públicos	86.913	32.997	-53.916
Outros Credores	490.803	558.056	67.253
Total	2.754.901	1.731.963	-1.022.937

Dívidas de Terceiros (curto prazo)	2010	2011	Var.Valor
Clientes, Contribuintes e Utentes	130.735	92.621	-38.114
Clientes, Contribuintes e Utentes, Cobr.Duv.	0	0	0
Contribuintes, c/c.	28.857	3.073	
Estado e Outros Entes Públicos		0	
Empréstimos concedidos	17.500	17.500	0
Outros Devedores	38.917	245.478	206.561
Total	216.009	358.673	142.664

Dívidas a Terceiros (M/Longo Prazo)	2010	2011	Var.Valor
Empréstimos Obtidos	1.864.998	2.824.201	959.203
Total	1.864.998	2.824.201	959.203

A dívida bancária de médio e longo prazo integra a dívida que releva para o limite de endividamento.

O serviço da dívida representou um encargo total de 405.023,29 € (juros - 39.226,04 € e amortizações - 365.797,25 €).

É de realçar as taxas de juros (spreads) mantiveram-se inalterados, não obstante a pressão dos bancos. Numa boa política de gestão dos passivos financeiros, o acompanhamento diário dos *fixings* das taxas de juro e a gestão activa das barreiras dos *swaps* possibilitam o ajustamento destas estruturas à evolução do mercado permitindo assim poupanças significativas.

2.3. Afectação dos Limites Legais ao Endividamento

De acordo com a Lei do Orçamento do Estado, no ano de 2006, os encargos anuais dos municípios, incluindo os que oneraram as respectivas empresas municipais e associações de municípios em que participam, com amortizações e juros dos empréstimos a médio e longo prazos, incluindo os dos empréstimos obrigacionistas, não podiam exceder o maior dos limites do valor correspondente a um oitavo dos Fundos de Base Municipal, Geral Municipal e de Coesão Municipal que cabia ao município ou a 10% das despesas realizadas para investimento pelo município no ano anterior. Excepcionaram-se os empréstimos e amortizações destinados ao financiamento de projectos com comparticipação de fundos comunitários.

Anteriormente à Lei nº 32-B/2002, de 30 de Dezembro (OE/2003), o segundo limite legal era de 20% sobre D.I. n-1. Com as actualizações à Lei, foi reduzido para metade, comprometendo a nossa capacidade de contrair novos empréstimos, já que o maior dos limites era, com regularidade, aquele que expressava uma indexação ao nível do investimento.

Com a introdução da nova Lei das Finanças Locais, regulamentada pela Lei nº 02/2007, de 15 de Janeiro, interessa avaliar os efeitos *pró-ativos* dos novos limites legais do endividamento municipal.

Assim, a LFL vem definir outros níveis de controlo do endividamento autárquico, com maior preponderância para:

1. *Endividamento Líquido*, equivalente à diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores. O montante do endividamento líquido total de cada município, em 31 de Dezembro de cada ano, não pode exceder 125% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior, e que agora ficou restringido a 65% do valor que resulta da aplicação da referida fórmula;
2. *Limites ao Crédito Autárquico*, cujo montante da dívida de cada município referente a empréstimos a médio e longo prazos não pode exceder, em 31 de Dezembro de cada ano, a soma do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS referida na alínea c) do n.º 1 do artigo 19º da LFL, da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local e da derrama, relativas ao ano anterior.

Quando um município não cumpra os limites acima referenciados, deve reduzir em cada ano subsequente pelo menos 10% do montante que excede o seu limite de endividamento líquido, até que aquele limite seja cumprido e serão retidos 10% dos fundos provenientes do FEF.

Com a nova LOE/2011, foram introduzidos novos critérios de cálculo para a determinação do endividamento de médio e longo prazo e endividamento líquido, tendo a DGAL fixado novo limite legal à capacidade de endividamento da autarquia no montante de 2.375.462 €.

Endividamento de Médio e Longo Prazo e respetivos limites legais

Caracterização do empréstimo	Finalidade Emprést. [c]	Encargos do ano		Dívida em 1 de Janeiro	Dívida no fim do período	Observ.
		Juros	Total			
Curto Prazo (b)						Não utilizado
Total						
Médio Longo prazos (b)						
59034344632-CCAMB	Infraestr. Diversas (I)	2.662,85	15.509,25	154.166,79	141.310,39	Bonif.IIIºQCA
56020441977-CCAMB	Intempéries (I) **	511,04	3.461,89	35.841,09	32.890,24	C.Bonif.(Intp.)
56043473672-CCAMB	Infraestr. Diversas (N)	15.269,65	365.269,65	1.301.135,00	1.276.135,00	
97/000917/8 - BBVA	Infraestr. Diversas (N)	9.117,50	9.117,50	373.665,00	373.665,00	V.Excepcion.
97/000917/8 - BBVA	Infraestr. Diversas (N)	11.665,00	11.665,00		1.000.000,00	
Total		39.226,04	405.023,29	1.884.997,88	2.824.200,63	
Valor excepcionado					548.065,63	
Endividamento de Médio e Longo Prazo					2.276.135,00	
Contribuição SM + AM + SEL					16.182,17	
Endividamento de Médio e Longo Prazo					2.292.317,17	
1.140.572,93 + Contribuição (SM+AM+SEL) = 19.524,23 + rateio DGAL = 1.215.365,00					2.375.462,00	
Margem para contracção/utilização de empréstimos					83.144,83	

De acordo com o quadro acima referenciado, depreende-se que não esgotámos o limite concedido pela DGAL, tendo sido utilizados 2.292.317,17 € que contribuíram para a formação do endividamento legalmente autorizado, havendo ainda uma margem para utilização de novos empréstimos no montante de 83.144,83 €.

Em 30 de Novembro de 2011, foi publicada a Lei nº 60-A/2011, que estabeleceu (nº1 do artigo 53º) que em 31/12/2011, o valor do endividamento líquido de cada município, calculado nos termos das leis acima referenciadas, não pode exceder o que existia em 31/12/2010.

No caso do Município da Batalha, o endividamento líquido a 31/12/2010 era de 3.072.468,82 €. Assim, o E.L. em 31/12/2011 resultou do seguinte cálculo:

Cálculo do Endividamento Líquido

CONTAS	ACTIVOS	PASSIVOS
1 DISPONIBILIDADES	816.328,98	
2 TERCEIROS	535.867,87	16.361.547,17
4 IMOBILIZAÇÕES	209.899,55	
TOTAL	1.562.096,40	16.361.547,17
TOTAL sem 2745 e 2749	1.562.096,40	5.057.221,40
Passivos - Activos - Ct.2745, 2749 e 414	3.495.125,00	
Excepções ao endividamento - Projectos c/ Fundos Comunitários	548.065,63	
Endividamento Líquido	2.947.059,37	
Contribuição SM+AM+SEL	-29.715,70	
Endividamento Líquido	2.976.775,07	
Limite ao Endividamento Líquido 2011_ Ref. 31/12/2010 - Lei 60-A/2011	3.072.468,82	
Margem (End.Liq.Acumulado - Limite End.Líquido)	-95.693,75	

Significa que sendo o valor do endividamento líquido atingido em 31/12/2011 no montante de 2.976.755,07 €, ficámos 95.693,75 € abaixo do limite legalmente estabelecido.

2.4. Análise à Demonstração de Resultados

Pela análise comparativa dos resultados dos exercícios de 2010 e 2011, pode-se concluir que os proveitos registaram uma diminuição global de 744.524 euros e os custos totais um aumento de 691.284 euros. A redução mais significativa nos proveitos tem a ver com a rubrica das transferências obtidas e proveitos suplementares.

Demonstração de Resultados

Código das Contas FOCAL		Exercícios			
		2011		2010	
Custos e Perdas					
61	Custo das Mercadorias Vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias	291.767	291.767	42.775	42.775
62	Matérias	4.134.992		3.530.661	
62	Fornecimentos e serviços externos				
	Custos com pessoal:				
641+642	Remunerações	1.597.868		1.628.471	
643 a 648	Encargos sociais	311.893	6.044.753	296.100	5.455.232
63	Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	917.739	917.739	1.124.317	1.124.317
66	Amortizações do exercício	4.192.721		3.846.299	
67	Provisões	12.767	4.205.488	3.085	3.849.384
65	Outros custos e perdas operacionais	9.621	9.621	2.057	2.057
	(A) Custos e Perdas Operacionais		11.469.368		10.473.764
68	Custos e Perdas Financeiras	40.936	40.936	15.778	15.778
	(C) Custos e Perdas Correntes		11.510.304		10.489.542
69	Custos e perdas extraordinários	212.562	212.562	542.040	542.040
	(E) Custos e Perdas do Exercício		11.722.866		11.031.582
88	Resultado líquido do exercício		-2.773.838		-1.338.030
			8.949.028		9.693.552
Proveitos e ganhos					
7111	Vendas de produtos e prestações de serviços:	4.281		4.830	
	Vendas de Mercadorias				
7112+7113	Vendas de Produtos				
712	Prestações de serviços	413.717	417.999	360.778	365.608
72	Impostos e taxas	2.730.723		3.150.114	
	Variação da Produção				
75	Trabalhos para a própria entidade				
73	Proveitos suplementares	552.139		639.344	
74	Transferências e subsídios obtidos	4.568.739		4.622.965	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	717	7.852.318	948	8.413.371
	(B) Proveitos e Ganhos Operacionais		8.270.317		8.778.979
78	Proveitos e Ganhos Financeiros	3.646	3.646	3.472	3.472
	(D) Proveitos e Ganhos Correntes		8.273.963		8.782.451
79	Proveitos e ganhos extraordinários	675.065	675.065	911.102	911.102
	(F) Proveitos Totais		8.949.028		9.693.552
Resumo:					
Resultados Operacionais		B-A	-3.199.051		-1.694.786
Resultados Financeiros		(D-B)-(C-A)	-37.290		-12.306
Resultados Correntes		D-C	-3.236.341		-1.707.092
Resultado líquido do exercício		F-E	-2.773.838		-1.338.030

O acréscimo nos custos resultou, fundamentalmente, do aumento das transferências e subsídios correntes concedidos, fruto da necessidade de reforço de financiamento da ISERBATALHA, E.E.M. em resultado do acréscimo das competências nos domínios da Educação.

Estrutura de Custos e Proveitos – Peso Relativo (%)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS		% *
Custos e Perdas		
Custo das Mercadorias Vendidas e das matérias consumidas	291.767	2%
Fornecimentos e serviços externos	4.134.892	35%
Custos com pessoal	1.909.762	16%
Transferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais	917.739	8%
Amortizações e Provisões do exercício	4.205.488	36%
Outros custos e perdas operacionais	9.621	0%
Custos e Perdas Financeiras	40.936	0%
Custos e perdas extraordinários	212.562	2%
(E) Custos e Perdas do Exercício	11.722.866	
Proveitos e ganhos		
Vendas de produtos e prestações de serviços	417.999	5%
Impostos e taxas	2.730.723	31%
Proveitos suplementares	552.139	6%
Transferências e subsídios obtidos	4.568.739	51%
Outros proveitos e ganhos operacionais	717	0%
Proveitos e Ganhos Financeiros	3.646	0%
Proveitos e ganhos extraordinários	675.065	8%
(F) Proveitos Totais	8.949.028	
Resultados Operacionais	-3.199.051	
Resultados Financeiros	-37.290	
Resultados Correntes	-3.236.341	
Resultado líquido do exercício	-2.773.838	

Pela análise do quadro acima referenciado, verificamos que as amortizações continuam a representar o custo operacional mais significativo, cujo peso relativo é de 36% sobre os custos totais do exercício, constituindo um “custo técnico” sem reflexo nos fluxos financeiros no exercício económico em análise. Observe-se que, a estrutura de custos com pessoal pesa apenas 16% dos custos totais, constituindo um excelente referencial a nível nacional. No ano anterior, estes custos atingiram os 20%. Os fornecimentos e serviços externos mantêm a representatividade de 35% do total da estrutura de custos.

As transferências e subsídios obtidos representaram 51% da totalidade dos proveitos do exercício, com maior dependência das transferências do Orçamento do Estado.

Estrutura de Custos

Unidade: milhões de euros

Custos	2009	2010	2011	VAR. (%)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	72.659	42.775	291.767	582,10%
Fornecimentos e serviços externos	3.395.976	3.530.661	4.134.992	17,12%
Custos com pessoal	2.051.089	1.924.571	1.909.762	-0,77%
Transferências e subsídios concedidos	974.396	1.124.317	917.739	-18,37%
Amortizações e Provisões Exercício	3.727.098	3.849.384	4.205.488	9,25%
Outros custos operacionais	7.642	2.057	9.621	367,74%
Custos financeiros	29.473	15.778	40.936	159,45%
Custos extraordinários	250.090	542.040	212.562	-60,78%
Total de custos	10.508.423	11.031.582	11.722.866	6,27%

Pela leitura das demonstrações financeiras é visível que são os subcontratos os custos com maior representatividade no seio dos FSE (representam 48,85% do total dos FSE de 2011). Fundamentalmente, são custos relacionados com Recolha de Lixo (Valorlis) [220.896,41 €], Limpeza e recolhas de lixos (Suma) [504.308,26 €], Recolha de Efluentes (Simlis) [689.617,96], e valores relativos a prestações de serviço de limpeza e manutenção de equipamentos públicos (realizados pela empresa municipal – Iserbatalha) [605.230,42].

De 2010 para 2011, verificou-se um aumento de 604.331 euros no valor global dos FSE's, o que representa um acréscimo de 17,12%. As principais variações dos fornecimentos e serviços externos ocorreram pelos seguintes motivos:

- Aumento de 227.215,49 euros dos contratos-programa/subvenções atribuídas à ISERBATALHA no âmbito da delegação de competências;
- Aumento de 247.837,89 € do custo de recolha e tratamento de efluentes no âmbito do sistema multimunicipal a cargo da SIMLIS.

Estrutura de Proveitos

Unidade: milhões de euros

Proveitos	2009	2010	2011	VAR. (%)
Vendas de mercadorias	2.494	4.830	4.281	-11,36%
Vendas de produtos	0	0		
Variação da produção	0	0		
Prestação de serviços	179.448	360.778	413.717	14,67%
Outras situações	0	0		
Impostos e taxas	2.726.804	3.150.114	2.730.723	-13,31%
Transferências e subsídios obtidos	4.632.658	4.622.965	4.568.739	-1,17%
Trabalhos para a própria entidade	0	0		
Proveitos suplementares	1.632.534	639.344	552.139	-13,64%
Outros proveitos operacionais	10.319	948	717	-24,36%
Proveitos financeiros	8.670	3.472	3.646	5,01%
Proveitos extraordinários	733.021	911.102	675.065	-25,91%
Total de proveitos	9.925.948	9.693.552	8.949.028	-8%

Na estrutura de proveitos, é notório o impacto da diminuição dos proveitos suplementares, pelos motivos já expostos. As taxas e impostos tiveram um decréscimo de 13,31%, como já havíamos mencionado no capítulo das receitas orçamentais.

2.5. Indicadores de estrutura e de gestão patrimonial

Pela leitura dos indicadores de liquidez abaixo referenciados, aparentemente pode-se tirar a ilação de que a tesouraria espelha uma situação de desequilíbrio estrutural. Isto porque, os rácios de liquidez (geral, reduzida e imediata) têm indicador abaixo de 1 ponto, o que poderia reflectir-se em desajustamentos face às necessidades de financiamento a curto prazo. Contudo, tal apreciação é incorrecta, porque, no caso em apreço, praticamente toda a dívida de curto prazo assumida com fornecedores de imobilizado, têm fontes de financiamento asseguradas através do QREN.

Por outro lado, tem particular influência, o formalismo procedimental ou técnico-administrativo adotado, já que a realidade subjacente à contabilização da receita, determina que os proveitos provenientes da transferência de impostos e outras transferências correntes e de capital do Orçamento do estado e outros Entes Públicos, só sejam registados quando obtido o conhecimento do seu crédito em conta bancária. A obtenção da receita (variável) normalmente ocorre com a periodicidade mensal, e não figura no balanço como dívida de terceiros em 31/12 de cada ano. São registados na contabilidade através de extracto que evidencia a transferência bancária, ou por meio de ofício remetido pela entidade ordenadora da transferência. Tal cadência da receita (com a periodicidade mensal) é praticamente suficiente para suprir eventuais desequilíbrios de tesouraria.

Os indicadores económico-financeiros têm, na generalidade, uma evolução que evidencia um desempenho financeiro muito positivo.

A capacidade do Município de financiar o seu activo através de capitais próprios sem ter que recorrer a empréstimos de médio e longo prazo, medida através do índice de autonomia, evidencia uma situação muito confortável e até *sui generis* dentro da realidade autárquica.

O índice de solvência demonstra a capacidade do Município em cumprir os seus compromissos, apresentado, neste momento, um dos melhores indicadores do país.

Indicadores de estrutura

Capital Circulante	Existências	247.007 €	
	Dívidas de terceiros - curto prazo	358.673 €	
	Títulos negociáveis	15.108 €	
	Disponibilidades (Cx.+Dep.)	801.221 €	
		1.422.009 €	
Liquidez Geral	Capital Circulante	1.422.009 €	0,82
	Exigível Curto Prazo	1.731.963 €	
Liquidez Reduzida	Capital Circulante-Stocks	1.175.002 €	0,68
	Exigível Curto Prazo	1.731.963 €	
Liquidez Imediata	Disponibilidades	801.221 €	0,46
	Exigível Curto Prazo	1.731.963 €	
Autonomia Financeira	Fundos Próprios	42.042.335 €	72%
	Activo Líquido	58.229.721 €	
Solvabilidade	Fundos Próprios	42.042.335 €	260%
	Passivo Total	16.187.385 €	

Registe-se que ao nível da estrutura financeira da autarquia, os rácios espelham uma boa situação de solvabilidade, revelando uma boa gestão municipal, garantindo a cobertura total do passivo por fundos próprios, sendo praticamente três vezes superior ao exigível de curto, médio e longo prazo.

Indicadores de Gestão Patrimonial

Indicador de imobilização dos Fundos Próprios	<= 1	Fundos Próprios	42.042.335 €	0,74
		Imobilizado Líquido	56.669.879 €	
Indicador da capacidade de Endividamento	>= 0,5	Fundos Próprios	42.042.335 €	0,94
		Capitais Permanentes	44.866.536 €	
Indicador de Solvabilidade		Activo	58.229.721 €	360%
		Passivo	16.187.385 €	

Meios Libertos s/ o Activo Líquido	R. Líq. +Amort.Prov.+Custos financ.	1.472.585 €	3%
	Activo Total Líquido	58.229.721 €	

2.6. Anotação dos factos relevantes verificados após encerramento do Exercício

A Lei n.º 57-F/2006 de 29 de Dezembro que regula o novo regime jurídico do sector empresarial local, vem definir novas regras para garantir o equilíbrio das contas das empresas municipais. Assim, obriga à apresentação de resultados anuais equilibrados, devendo os municípios garantir uma transferência financeira que venha a repor o resultado de exploração, no caso do resultado de exploração anual operacional acrescido dos encargos financeiros se apresentar negativo.

Mediante este pressuposto, e após análise do balancete de centro de custos para o 2º Semestre de 2011, a Iserbatalha E.E.M. chegou à conclusão que o mesmo evidenciava uma exploração deficitária, em algumas atividades cujas competências foram delegadas pela Autarquia, cujo resultado negativo (global) era de 289.107,98 €. Assim, utilizando as prerrogativas previstas no Artº 31º da Lei n.º 53-F/2006 de 29 de Janeiro a Iserbatalha E.E.M. solicitou ao Município a cobertura dos

Resultados Negativos de Exploração do 2º Semestre de 2011 no montante acima mencionado, tendo sido aprovada uma subvenção financeira no reportado valor, por deliberação nº 2012/0129/DAG (SOC).

Mediante relatório circunstanciado reportado pelo consultor jurídico (anexo à Prestação de Contas), Drº Mário Diogo, conclui-se pela incapacidade de determinar valores para constituição de provisões para riscos e encargos que venham a resultar do contingente em curso, nos tribunais. Todos os processos arrolados estão em julgamento nos tribunais a aguardar pronúncia de sentenças.

Nos processos identificados, aquele que, sob o ponto de vista material pode ter maior impacto nas demonstrações financeiras, é o Procº de Execução de Acórdão n.º 1438/03- C, a correr termos na 1ª Secção, 1ª Subsecção do STA , cujos exequentes são: António Augusto Santos Pereira Grosso e esposa maria Madalena Meneses Coelho Pereira; Orlando Ferreira Rodrigues e esposa Maria do Céu Santos Pereira Grosso Rodrigues e Maria Manuela Cordeiro de Mendonça Santos Pereira Grosso Cunha.

Neste processo, foi apresentada uma Contestação, concluindo o jurista que podem decorrer importantes contingências para o MUNICÍPIO da BATALHA, sem que, todavia, nos seja possível quantificar o montante em causa (o mesmo dependente aliás da circunstância de ser admitida a causa legítima de inexecução).

2.7. Proposta de Aplicações de Resultados

Para cumprimento das condições exigidas no ponto 2.7.3 do POCAL, propõe-se que o Resultado Líquido negativo de 2.773.838,21 euros, tenha a seguinte aplicação:

- - 2.773.838,21 euros para Resultados Transitados.

2.8. Considerações Finais



Os nossos agradecimentos a todos os órgãos da câmara municipal, executivo e assembleia municipal, utentes, organismos da administração pública, central e regional, associações, utentes e fornecedores, que contribuíram, decisivamente, para a realização de projetos, iniciativas e atividades promovidas pelo município. Aos nossos Colaboradores deixamos uma palavra de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, atitudes e contributo fundamental para o crescimento sustentado do concelho, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida dos nossos munícipes.

Batalha, 22 de Março de 2012